



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



Processo nº: 18.732/15 - e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Licitação

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento

Valor Estimado: R\$ 7.937.003,00, vigência de 12 (doze) meses

Data de Abertura: 21.7.2015, às 10h00min

Sessão: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Análise do edital do Pregão Eletrônico nº 207/15-SES/DF, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, visando à formação de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição dos medicamentos que indica. O Corpo Técnico opina pelo conhecimento do edital, continuidade do certame com a emissão de determinação e alerta à jurisdicionada. VOTO de acordo com a Instrução, com acréscimo.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 207/15-SES/DF, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, visando à formação de Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos, nas especificações e quantidades elencadas a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS

Fls.:

Proc.:18.732/15-e

Rubrica

Item	Código SES	Código BR	Descrição	UN	CMMi	Qty	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	6365	268493	DOXAZOSINA (MESILATO) COMPRIMIDO 2MG	CP	10.000	120.000	0,5521	66.252,00
2	17827	268495	DOXAZOSINA (MESILATO) COMPRIMIDO 4MG	CP	5.000	60.000	0,8650	51.900,00
3	10274	357880	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETAVEL BOLSA OU FRASCO 50ML SISTEMA FECHADO DE INFUSAO PARA MEDICAMENTOS INCOMPATÍVEIS COM PVC	UN	600	7.200	1,94	13.968,00
4	90170	335091	N-ACETILCISTEINA SOLUCAO INJETAVEL 100 MG/ML AMPOLA 3 ML	AMP	6.652	79.824	1,78	142.086,72
5	90645	342134	HIDROCORTISONA (SUCCINATO SODICO) PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 500 MG	FA	24.752	297.000	5,07	1.505.790,00
6	90649	267743	PREDNISONA COMPRIMIDO 20 MG	CP	133.768	2.006.520	0,1068	214.296,3360
7	30340	411397	PALIPERIDONA (PALMITATO) SUSPENSAO INJETAVEL LIBERACAO PROLONGADA 100MG/ML SERINGA PREENCHIDA 0,5 ML	UN	100	1.500	761,1733	1.141.759,95
8	29887	411397	PALIPERIDONA (PALMITATO) SUSPENSAO INJETAVEL LIBERACAO PROLONGADA 100MG/ML SERINGA PREENCHIDA 0,75 ML	UN	400	5.000	960,19	4.800.950,00
Valor Total Global R\$								7.937.003,0060

Obs.:

- Os comprimidos, drágeas e cápsulas deverão ser entregues acondicionados em "blisters ou strips", com exceção dos produtos que não possuem registro nem comercialização nessa apresentação;
- Os medicamentos sólidos orais (comprimidos, cápsulas, drágeas) deverão estar acondicionados, preferencialmente, de forma unitarizada e cada unidade posológica separada por picote contendo a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade.
- Nos casos em que houver divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.
- De acordo com o Comunicado nº. 6, de 5 de setembro de 2013 - Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, os medicamentos identificados no ANEXO I desse Termo não são passíveis de aplicação do CAP - Coeficiente de Adequação de Preços, definido para 2013 conforme o Comunicado nº 5, de 5 de setembro de 2013 da CMED.
- Os itens do ANEXO I desse Termo NÃO constam no Anexo Único do Convênio ICMS nº 87, de 28 de junho de 2002 - Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ conforme a redação dada pelo Conv. ICMS 54/09 e alterações até o Conv. ICMS 40/14.

Fonte: Termo de Referência, e-doc 92AB5AA1, Anexo I.

2. O tipo de licitação é o de menor preço por item (item 7.8 do instrumento convocatório). O valor estimado para o conjunto dos 08 (oito) itens que compõem o objeto perfaz o montante de R\$ 7.937.003,00, conforme item 12 do edital (e-doc 92AB5AA1).

3. A abertura do certame está prevista para o dia 21.7.2015, às 10h00min, conforme extrato publicado no DODF de 9.7.2015, pág. 41 (e-doc 25B69BA5).

4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no DODF, conforme item 4.1.3 do instrumento convocatório (e-doc 92AB5AA1).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 175/15 (e-doc



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



03A2735A), analisa o edital em epígrafe nos seguintes termos:

“ANÁLISE FORMAL SIMPLIFICADA

3. Por se tratar de edital similar aos recentemente examinados pelo Tribunal, sem a identificação de falhas formais, e, principalmente, pelo objeto ser fornecido por mercado competitivo, concentraremos a instrução processual no preço estimado do PE nº 207/2015, conforme disposto no art. 1º, § 4º, incisos I e II e da Resolução nº 237/12. Em razão disso, deixamos de solicitar cópia do processo administrativo da licitação, tendo sido juntado aos autos apenas o Edital.

DO PREÇO ESTIMADO

4. Com o propósito de verificar a regularidade dos preços estimados da licitação, foi elaborado o mapa comparativo de preços, com os critérios da Curva ABC. Ressalta-se que os preços de referência foram encontrados, por amostragem, no sítio www.bancodeprecos.com.br, conforme Relatórios de Cotação de preços¹.

5. Destaca-se o registro no quadro da Curva ABC, dos 3 (três) principais itens responsáveis pelos maiores impactos no valor estimado da licitação. Nota-se que seus preços aglutinados atingem 93,85% do total licitado.

6. Comparando os valores estimativos com os extraídos do www.bancodeprecos.com.br, constatamos que o valor estimado para o item 7 (Paliperidona (palmitato) 100 MG/ML seringa preenchida 0,5 ML) indica sobrepreço de 30,64%.

7. Em que pese a variação percentual de índice de sobrepreço indicada para o item 7 possa ser considerada significativa, o que poderia levar a Administração a adquirir produto a preço bem acima do de mercado, não se mostra necessária a suspensão do certame pelo motivo apontado. Em situações semelhantes, esta Casa tem se manifestado pelo prosseguimento da licitação, conforme as Decisões nºs 6219/2014 e 3746/2014.

8. Assim sendo, em harmonia com os julgados acima, poderá esta Corte determinar à SES/DF e à Pregoeira responsável pelo PE nº 207/2015 que, tendo em conta o disposto no artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/02, encaminhem ao Tribunal a cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo-lhes que esta Corte verificará se o preço ofertado pela licitante vencedora para o item 7 encontra-se compatível com o valor de mercado, tendo em conta a impropriedade identificada no orçamento estimativo.

9. Verificamos, em relação à comprovação da qualificação técnica,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



irregularidade do critério de habilitação contido nas alíneas “a” e “b”, inciso V, do item 8.2.1 do edital e alíneas “a” e “b”, inciso XIV, do item 8.2.2. Listamos, a seguir, exigências que extrapolam o que determina o art. 30 da Lei de Licitações¹, portanto não cabíveis nesta fase habilitatória:

8.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

(...)

¹ “Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2o As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7o (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8o No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9o Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1o deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



V - Conforme Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.360/76, Lei 5.991/73, Portaria - GM/MS nº 2.814/98, Portaria - GM/MS nº 3.765/98, a empresa licitante deverá apresentar, **no que couber**, a seguinte documentação:

a) Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital vigente;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação da concessão no Diário Oficial da União (DOU) – destacando a empresa – ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA; (Grifo nosso)

(...)

8.2.2. As licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

(...)

XIV - Conforme Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.360/76, Lei 5.991/73, Portaria - GM/MS nº 2.814/98, Portaria - GM/MS nº 3.765/98, a empresa licitante deverá apresentar, no que couber, a seguinte documentação:

a) Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital vigente;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação da concessão no Diário Oficial da União (DOU) – destacando a empresa – ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

10. Consideramos inapropriada a exigência de Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), regulada pelo Decreto 8.077/2013, que dispõe sobre as condições para funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e de Licença Sanitária emitida pela autoridade sanitária da sede do licitante. Ocorre que a citada lei não dispõe explicitamente que tais documentos devam ser requisitos para fim de demonstração de habilitação em processos licitatórios.

11. O Tribunal já se pronunciou acerca do tema no âmbito do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



Processo nº 289/2014, acolhendo, por meio da Decisão nº 4.843/2014, o mesmo entendimento manifestado pela Unidade Técnica, Informação nº 295/2014 – 4ª. DIACOMP. Também há entendimento do Tribunal acerca desse tema no Processo nº 14.842/2015, Despacho Singular nº 212/15 – GCIM e Decisão nº 2.413/2015, no qual novamente acolheu o manifestado pela Unidade Técnica, no sentido de considerar irregular tais exigências na fase de habilitação.

12. Verificamos, contudo, que tais exigências, no presente edital, vieram acompanhadas pela expressão “no que couber”, e assim, não devem obstar a continuidade da presente licitação.

13. Nesse sentido, somos de entendimento que, doravante, não devam constar de editais as exigências contidas nas alíneas “a” e “b”, inciso V do item 8.2.1 e alíneas “a” e “b”, inciso XIV do item 8.2.2 do edital para fim de comprovação de habilitação dos licitantes.”

6. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I – tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico pelo SRP nº 207/2015;

II –determinar à Jurisdicionada que tendo em conta o disposto no artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/02, encaminhe ao Tribunal, em até 05 (cinco) dias da homologação, cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo que esta Corte verificará se o preço ofertado pela licitante vencedora para o item 7 encontra-se compatível com o valor de mercado, tendo em conta a impropriedade identificada no orçamento estimativo;

III - alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, doravante, as exigências contidas nas alíneas “a” e “b”, inciso V do item 8.2.1 e “a” e “b”, inciso XIV do item 8.2.2 não devem constar em editais para fim de comprovação de habilitação dos licitantes, por extrapolarem o que determina o art. 30 da Lei de Licitações;

IV - autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto da decisão que vier a ser adotada e da presente informação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e também diretamente à pregoeira responsável, a fim de subsidiar o atendimento ao item II;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para que seja feita a aferição indicada no item II, autorizando desde já o arquivamento dos autos, sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



prejuízo de futuras averiguações.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



VOTO

7. Os presentes autos deram entrada em meu gabinete às 18h40min do dia 13.7.2015 (segunda-feira).

8. Trata-se da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 153/15-SES/DF, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, visando à aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços, de 04 (quatro) tipos de medicamentos, nas especificações e quantidades descritas no quadro abaixo:

Item	Código SES	Código BR	Descrição	UN	CMMi	Qtd	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	6365	268493	DOXAZOSINA (MESILATO) COMPRIMIDO 2MG	CP	10.000	120.000	0,5521	66.252,00
2	17827	268495	DOXAZOSINA (MESILATO) COMPRIMIDO 4MG	CP	5.000	60.000	0,8650	51.900,00
3	10274	357880	GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETAVEL BOLSA OU FRASCO 50ML SISTEMA FECHADO DE INFUSAO PARA MEDICAMENTOS INCOMPATIVELIS COM PVC	UN	600	7.200	1,94	13.968,00
4	90170	335091	N-ACETILCISTEINA SOLUCAO INJETAVEL 100 MG/ML AMPOLA 3 ML	AMP	6.652	79.824	1,78	142.086,72
5	90645	342134	HIDROCORTISONA (SUCCINATO SODICO) PO PARA SOLUCAO INJETAVEL 500 MG	FA	24.752	297.000	5,07	1.505.790,00
6	90649	267743	PREDNISONA COMPRIMIDO 20 MG	CP	133.768	2.006.520	0,1068	214.296,3360
7	30340	411397	PALIPERIDONA (PALMITATO) SUSPENSÃO INJETAVEL LIBERAÇÃO PROLONGADA 100MG/ML SERINGA PREENCHIDA 0,5 ML	UN	100	1.500	761,1733	1.141.759,95
8	29887	411397	PALIPERIDONA (PALMITATO) SUSPENSÃO INJETAVEL LIBERAÇÃO PROLONGADA 100MG/ML SERINGA PREENCHIDA 0,75 ML	UN	400	5.000	960,19	4.800.950,00
Valor Total Global R\$								7.937.003,0060

9. A matéria exige uma atuação célere e cautelosa desta Corte, em razão da essencialidade do objeto para a população (medicamentos que abastecerão as unidades de saúde da rede da SES/DF).

10. O exame empreendido pelo Corpo Técnico teve maior enfoque nos aspectos de custo dos medicamentos a serem adquiridos, uma vez que o presente edital é similar aos recentemente examinados por esta Corte, nos quais não foram identificadas falhas formais.

11. Quanto aos valores estimados, esclarecedora é a pesquisa realizada, constante do e-doc DEE8E19B. Utilizando-se do método da **Curva ABC**, as estimativas de preço dos itens de maior materialidade (93,85% do valor total licitado) foram cotejadas com os preços médios localizados no site www.bancodeprecos.com.br, chegando-se à seguinte conclusão:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS

Fls.:

Proc.:18.732/15-e

Rubrica

ANÁLISE DOS ITENS DA FAIXA "A" DA CURVA ABC

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO EDITAL	PESQUISA SIASG				CUSTO MÉDIO SIASG	DIFERENÇA PERCENTUAL (%)	SITUAÇÃO
8	Paliperidona (palmitato) 100 MG/ML seringa preenchida 0,75 ML	R\$ 960,1900	R\$ 933,2900	R\$ 933,2900	R\$ 960,1900	R\$ 816,3000	R\$ 910,7675	5,43%	OK
5	Hidrocortisona 500 MG	R\$ 5,0700	R\$ 5,6800	R\$ 5,1000	R\$ 4,6400	R\$ 6,0000	R\$ 5,3550	-5,32%	OK
7	Paliperidona (palmitato) 100 MG/ML seringa preenchida 0,5 ML	R\$ 761,1733	R\$ 560,1500	R\$ 560,1600	R\$ 627,6600		R\$ 582,6567	30,64%	SOBREPREÇO

12. Da análise da tabela retro, verifica-se que os valores orçados pela Secretaria de Estado de Saúde para o item 8 – Paliperidona (palmitato) 100 mg/ml seringa preenchida 0,75 ml – está 5,43% acima do cotado pela Unidade Técnica, o que pode ser relevado pela Corte. Todavia, a estimativa de preços do item 7 – Paliperidona (palmitato) 100 MG/ML seringa preenchida 0,5 ML – merece maiores cuidados, uma vez que apresenta-se **30,64%** superior à média dos valores pesquisados no SIASG.

13. Além da discrepância entre preços indicada, também foram identificadas pela Unidade Técnica exigências indevidas para a habilitação das licitantes interessadas, constantes dos itens 8.2.1, inciso V, alíneas “a” e “b”, e 8.2.2, inciso XIV, **in verbis**:

8.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

(...)

*V - Conforme Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.360/76, Lei 5.991/73, Portaria - GM/MS nº 2.814/98, Portaria - GM/MS nº 3.765/98, a empresa licitante deverá apresentar, **no que couber**, a seguinte documentação:*

a) Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital vigente;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação da concessão no Diário Oficial da União (DOU) – destacando a empresa – ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA; (Grifo nosso)

(...)

8.2.2. As licitantes não cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



(...)

XIV - Conforme Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.360/76, Lei 5.991/73, Portaria - GM/MS nº 2.814/98, Portaria - GM/MS nº 3.765/98, a empresa licitante deverá apresentar, no que couber, a seguinte documentação:

a) Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital vigente;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do participante da licitação emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias sujeitos a controle especial. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação da concessão no Diário Oficial da União (DOU) – destacando a empresa – ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA; (grifei)

14. Diante dos achados mencionados, a Instrução sugere a continuidade do certame, com determinação à jurisdicionada para que encaminhe cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame para fins de verificação do valor adjudicado para o item 7. Também opina por que seja emitido alerta à SES/DF para que deixe de fazer constar em edital as exigências indevidas para habilitação dos licitantes.

15. Tenho como acertadas as proposições da Unidade Instrutiva. De fato, a pesquisa de preços realizada pela Secretaria de Estado de Saúde pode levar à contratação do item 7 a um custo elevado, mas a tendência é que, por se tratar de produto com diversos fornecedores, o lance vencedor do certame se aproxime dos valores cotados pela Instrução.

16. Caso não ocorra tal adequação, o Tribunal constatará eventual irregularidade e adotará as medidas pertinentes quando da análise da documentação remetida pela jurisdicionada. É nesse sentido que esta Corte de Contas tem decidido (Decisões nºs 6219/14 e 3746/14, entre tantas outras).

17. No que pertine à exigência constante dos itens 8.2.1, inciso V, alíneas “a” e “b”, e 8.2.2, inciso XIV, verifico que a matéria também já foi objeto de deliberação deste Tribunal, que pronunciou-se no sentido de serem indevidas as condições impostas no instrumento convocatório.

18. Ocorre que no caso em tela, o edital não exige expressamente a documentação indicada, uma vez que consta de sua redação a expressão “no que couber”. Dessa forma, caminha bem a Unidade Técnica ao sugerir a continuidade do certame com alerta para que tal exigência não conste dos demais certames realizados pela SES/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



19. Apenas acrescento que, além de excluir a exigência constante dos itens 8.2.1, inciso V, alíneas “a” e “b”, e 8.2.2, inciso XIV dos editais futuros, a jurisdicionada também deve deixar de exigí-los já neste certame, furtando-se de eliminar qualquer interessada que não apresente a documentação indevidamente elencada como condição de habilitação.

Com estes esclarecimentos, acompanho as proposições da Instrução, acrescentando o alerta constante do parágrafo 19 e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico pelo SRP nº 207/2015;

II. determinar à Jurisdicionada que tendo em conta o disposto no artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/02, encaminhe ao Tribunal, em até 05 (cinco) dias da homologação, cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo que esta Corte verificará se o preço ofertado pela licitante vencedora para o item 7 encontra-se compatível com o valor de mercado, tendo em conta a impropriedade identificada no orçamento estimativo;

III. alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a. abstenha-se de exigir das licitantes a documentação elencada nas alíneas “a” e “b”, inciso V do item 8.2.1 e “a” e “b”, inciso XIV do item 8.2.2 para fins de sua habilitação, uma vez que extrapolam o que determina o art. 30 da Lei de Licitações;

b. doravante, as exigências contidas nas alíneas “a” e “b”, inciso V do item 8.2.1 e “a” e “b”, inciso XIV do item 8.2.2 não devem constar em editais para fim de comprovação de habilitação dos licitantes;

IV. autorizar:

a. o encaminhamento de cópia do relatório/voto da decisão que vier a ser adotada e da presente informação à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e também diretamente à pregoeira



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS



responsável, a fim de subsidiar o atendimento ao item II;

b. o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para que seja feita a aferição indicada no item II, autorizando desde já o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator